

Prestação de Contas 2013

Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogada:

No presente exercício económico não se verificaram disposições do POCAL derrogadas.

8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:

No exercício de 2013 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, na ótica patrimonial e orçamental.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão refletidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

8.2.5 – Situações especiais que afetam o resultado do exercício:

No exercício económico em análise não se verificam situações especiais que afetam o resultado do exercício.

8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ Outras aplicações financeiras - Não se efetuaram movimentos na conta em questão;

- ✓ **Títulos Negociáveis** – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de Caixa GEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas;*
- ✓ **Fundo Patrimonial** – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Patrimônio	51.061.813,14			51.061.813,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			115.000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos				
59 - Resultados Transfidos	-9.126.708,38		2.034.928,33	-11.161.636,71
88 - Resultado Líquido do Exercício	-2.034.928,33	86.476,72		-1.948.451,61
Total	40.015.176,43	86.476,72	2.034.928,33	38.066.724,82

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos, no quadro seguinte:

Cliente		Provisões do exercício	Provisões			
Conta	Designação		S.I.	Aumentos	Reduções	Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	12.674,05	56.254,68	12.674,05	420,49	68.508,24
292	Provisões para riscos e encargos		112.868,44	0,00		112.868,44
TOTAL		12.674,05	169.123,12	12.674,05	420,49	181.376,68

Os valores identificados no quadro acima referenciado, dizem respeito a:

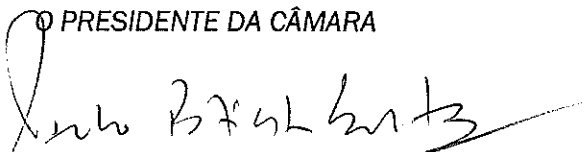
- a) Dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa, cujos processos se encontram em execução fiscal, resultante de dívidas de ramais domiciliários de esgotos,

b) Valor referente a um projeto de parceria entre a Simlis a os Municípios da Batalha, Leiria, Ourém e Porto de Mós, de execução das redes de saneamento doméstico.

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Dr. Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA , cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa Maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.

Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer importantes contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, nos seja possível quantificar o montante em causa (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos